



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2013
(do Sr. Carlos Sampaio)

Requer sejam prestadas informações pela Ministra - Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Hoffmann, sobre Relatório Final da “Comissão de Sindicância Investigativa, com vistas a apurar, no prazo de trinta dias, eventuais irregularidades noticiadas por meio da operação Porto Seguro da Polícia Federal e demais atos e fatos conexos”

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Ministra - Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Hoffmann, sobre Relatório Final da “Comissão de Sindicância Investigativa, com vistas a apurar, no prazo de trinta dias, eventuais irregularidades noticiadas por meio da operação Porto Seguro da Polícia Federal e demais atos e fatos conexos”, notadamente, o acesso aos seguintes documentos, com fundamento na Lei 12.527, de 2011:

- 1) Cópia do inteiro teor do Processo nº 00020.001191/2012-13.
- 2) Cópia do inteiro teor do Relatório Final da “Comissão de Sindicância Investigativa, com vistas a apurar, no prazo de trinta dias, eventuais irregularidades noticiadas por meio da operação Porto Seguro da Polícia Federal e demais atos e fatos conexos”.
- 3) Cópia do inteiro teor da decisão que classificou como sigilosos ou secretos os atos e documentos a que se refere a pergunta 1, nos termos do art. 28, da Lei 12.527, de 2011.



JUSTIFICAÇÃO

Em novembro de 2012, a Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, desmontou um esquema criminoso infiltrado em órgãos públicos federais depois de investigações apontarem, entre outros crimes, o de formação de quadrilha, tráfico de influência e corrupção passiva, do qual fazia parte a Sra. Rosemary Noronha, ex-Chefe de Gabinete da Presidência da República em São Paulo. O Inquérito segue desde então na 5ª Vara Criminal de São Paulo.

O Diário Oficial – Seção 2 de 26 de novembro de 2012 publicou à página 2, as seguintes Portarias de 24/11/2012 assinadas pela Ministra Gleisi Hoffmann:

- a de nº 919, que designou Comissão de Sindicância Investigativa para apurar “eventuais irregularidades noticiadas por meio da operação “Porto Seguro” da Polícia Federal e demais atos e fatos conexos”, formada por um Analista de Finanças e Controle, que a presidiu, por um Procurador Federal e um advogado da União;
- a de nº 920, que exonerou, **a pedido**, Rosemary Nóvoa de Noronha, do cargo de Chefe do Gabinete Regional do Presidente da República em São Paulo; e
- a de nº 921, que exonerou, a pedido, José Weber Holanda Alves, do cargo de Adjunto do Advogado-Geral da União.

A revista Veja, em sua edição 2318- ano 46 – nº 17, de 24 de abril de 2013 sob o título **“Vida de Rainha – Uma investigação do Planalto mostra como Rosemary Noronha se esbaldava com o poder que recebia de Lula”**:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

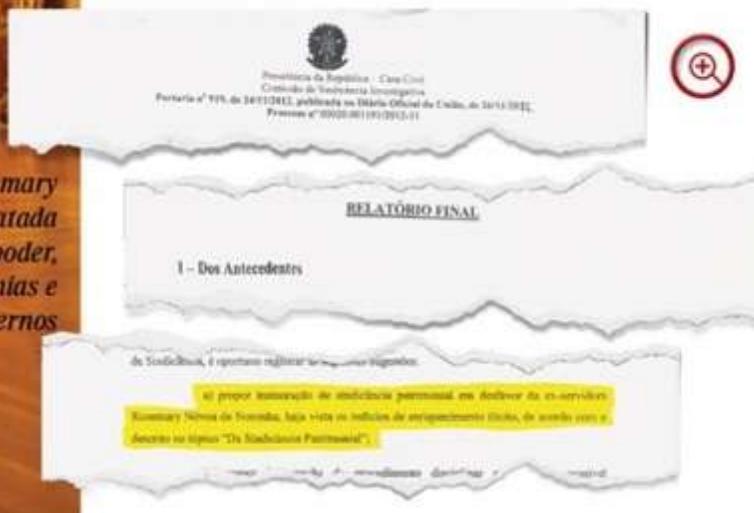




QUE RAINHA SOU EU?

VEJA revela os detalhes da sindicância que foi mantida em segredo pelo governo porque poderia criar “instabilidade institucional”. Ela mostra como a ex-secretária Rosemary Noronha se aproveitou da intimidade com o ex-presidente Lula para ganhar dinheiro, traficar poder e viver como uma soberana

ROBSON BONIN





CÂMARA DOS DEPUTADOS



Presidência da República - Casa Civil
Comissão de Sindicância Investigativa
Portaria nº 919, de 24/11/2012, publicada no Diário Oficial da União, de 26/11/2012.
Processo nº 00020.001191/2012-31

RELATÓRIO FINAL

I – Dos Antecedentes

de Sindicância, é oportuno registrar as seguintes sugestões:

- a) propor instauração de sindicância patrimonial em desfavor da ex-servidora Rosemary Nôvoa de Noronha, haja vista os indícios de enriquecimento ilícito, de acordo com o descrito no tópico "Da Sindicância Patrimonial";

...nível ... nível ... nível ... nível ... nível

**Brasil**

3 | 11

Construído no centro da Piazza Navona, um dos endereços mais cobiçados de Roma, o Palazzo Pamphili é uma preciosidade arquitetônica entre os edifícios que abrigam a embaixada brasileira nas capitais do mundo. O prédio, erguido no século XVII, tem salões, quartos e pátios adornados com quadros, esculturas e afrescos barrocos de alta qualidade artística. São poucos os privilegiados que conhecem suas dependências mais íntimas. Estão nessa lista presidentes e ex-presidentes da República e personalidades estrangeiras convidadas, entre elas a princesa Diana da Inglaterra. Tão luxuoso quanto restrito, sabe-se agora, o palácio frequentado pela realeza e por chefes de estado também abriu seus aposentos reservados para uma funcionária pública, Rosemary Noronha, ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, que protagonizou recentemente um dos mais rumorosos casos de promiscuidade entre os interesses públicos e privados. VEJA teve acesso a documentos oficiais que registram esse e outros capítulos inéditos da história envolvendo a mulher que, por anos, conduziu uma repartição pública como se fosse um pequeno reino — o reino de Rose.

Durante dois meses, uma comissão especial do governo colheu depoimentos de funcionários, vasculhou mensagens eletrônicas, registros de agenda e listas de visitantes para tentar reconstituir, ao menos em parte, a rotina no gabinete da Presidência da República em São Paulo entre 2009 e 2012. No ano passado, a Polícia Federal descobriu que Rosemary Noronha usava a influência e a intimidade que desfrutava com o ex-presidente Lula para se locupletar do poder. Ela patrocinou lobbies, agendou encontros com autoridades e ajudou uma quadrilha que vendia pareceres a empresários. Em troca, recebia vantagens e remuneração em dólar, euro, real e até em won, a moeda coreana. Exonerada do cargo e indiciada por formação de quadrilha, tráfico de influência e corrupção passiva, Rosemary foi alvo de uma sindicância conduzida por técnicos da Presidência. O relatório final da investigação,



MORDOMIA
A comissão de
sindicância descobriu
que Rosemary
Noronha desfrutava
privilégios ímpares. A
convite do embaixador
Viegas, mesmo
passando férias, ela
ficou hospedada no
“quarto vermelho” da
embaixada brasileira
em Roma, com
motorista à
disposição: um luxo
ao alcance de poucos



Querida Rose,
Benvenuti!
O endereço é Ambasciata del Brasile,
Piazza Navona 14,
Roma 00186.

Estou retransmitindo esse e-mail a minhas secretárias, Francesca e Valéria, a quem
peço preparar com urgência uma carta-convite para você e seu marido, cujo nome
peço enviar a elas nos endereços que aparecem acima, assim como ao meu. Mandie o
número do fax para o envio da carta. Peço também que mis mande os dados da
chegada. **Vocês ficam no quarto vermelho. Dia 26 faço uma pequena operação no
município e quando você chegar estarei na cama. Erika fará as horas, mas quero que
vocês entrem para que eu a reveja e conheça o seu marido. Buon Viaggio! Auguri!**
O abraço do José Viegas"

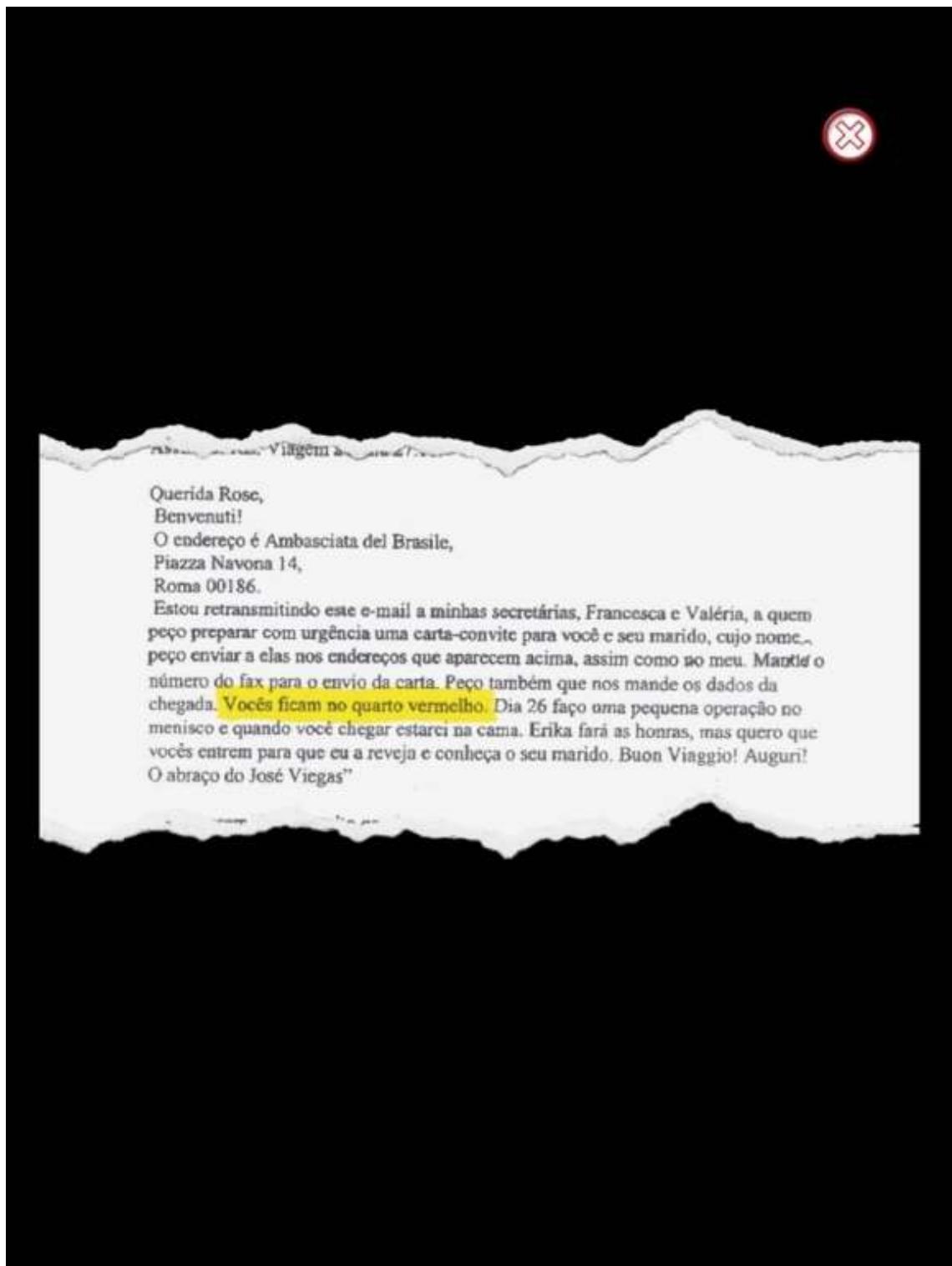
mantido em segredo por determinação expressa do próprio governo, é a síntese do que para alguns é a norma fria do serviço público em Brasília, uma grande loja de facilidades.

O resultado da investigação é um manual de como proceder para fraudar e trapacear no comando de um cargo público quando seu ocupante priva da intimidade do presidente da República. Sob o comando da Casa Civil da Presidência, os técnicos rastrearam anormalidades na evolução patrimonial de Rosemary Noronha e recomendaram que ela seja investigada

ANA NASCIMENTO/ABR



CÂMARA DOS DEPUTADOS





PODER

Íntima do ex-presidente Lula e amiga do mensaleiro José Dirceu, Rosemary Noronha (no detalhe) usava esses contatos para fazer traficâncias de toda sorte — desde indicar pessoas a cargos públicos até falsificar documentos

por suspeita de enriquecimento ilícito. Um processo administrativo já foi aberto na Controladoria-Geral da União. Ex-bancária, Rose, como é chamada pelos mais íntimos, foi uma destacada militante do movimento sindical no início da década de 90. Era admirada na categoria pelos belos cabelos longos e por outras peculiaridades do seu biotipo. Seus talentos foram logo notados pelos figurões do PT. O então deputado José Dirceu, de quem se tornou muito amiga, contratou-a como secretária de gabinete. Logo depois, promovida, Rose passou a organizar a agenda do candidato Lula, cuidar das suas contas, anotar seus recados, enfim, gerenciar o cotidiano do futuro presidente. E fazia isso com muita competência, segundo pessoas próximas. No governo petista, ela continuou cuidando do dia a dia do presidente,

FOTOS EDSON RUIZ E VANESSA CARVALHO/ESTADÃO CONTEÚDO



"Caro Francis,

Entreguei ao PR, conversei e falei dos apoios.

Ele levou o curriculo acho que vai dar tudo certo.

Bjokas

Rosemary."

**Brasil**

6 | 11

principalmente quando havia viagens internacionais. Por determinação do ceremonial do Palácio do Planalto, era autorizada a se engajar na comitiva sempre que Marisa, a esposa de Lula, não podia acompanhar o marido. Sem uma função definida, Rose ficava hospedada no mesmo hotel do presidente, de prontidão para ser acionada em caso de necessidade. A extrema proximidade com o presidente provocou ciúme e desentendimentos. Em 2007, ela deixou o cargo de assessora especial de Lula e assumiu a chefia do escritório da Presidência da República em São Paulo. Àquela época, a corte já sabia: falar com Rose era o atalho mais rápido para se comunicar com o presidente.

A sindicância destoa da tradição dos governos petistas de amenizar os pecados de companheiros pilhados em falcatacas. Dedicado exclusivamente aos feitos da poderosa chefe de gabinete, o calhamaço de 120 páginas produzido pela sindicância é severo com a ex-secretária. Mostra que Rosemary encontrou diferentes formas de desvirtuar as funções do cargo. Ela pedia favores ao “PR” — como costumava se referir a Lula em suas mensagens — com frequência. Era grosseira e arrogante com seus subalternos. Ao mesmo tempo, servia com presteza aos poderosos, sempre interessada em obter vantagens pessoais — um fim de semana em um resort ou um cruzeiro de navio, por exemplo. Rosemary adorava mordomias. Usava o carro oficial para ir ao dentista, ao médico, a restaurantes e para transportar as filhas e amigos. O motorista era seu contínuo de luxo. Rodava São Paulo a bordo do sedã presidencial entregando cartas e pacotes, fazendo depósitos bancários e realizando compras. Como uma rainha impiedosa, ela espezinhava seus subordinados.

Depoimentos de motoristas, secretárias e copeiras que recebiam ordens da ex-secretária revelam uma rotina de humilhações públicas. Rosemary gritava e distribuía insultos na frente de visitantes do gabinete. Um simples cumprimento de boa tarde dirigido a ela na hora errada poderia resultar em tremenda grosseria. Certo dia, humilhou uma secretária a tal ponto que o caso foi parar



Brasil

7|11



OS PODRES DO REINO DE ROSE

A ação civil realizada pelo Procurador do Distrito Federal mostra mensagens eletrônicas, a granel e compromissos da Rosemary Nogueira, que, no conselho da governo, operava uma rede de fraudes.





Brasil

7 | 11



Tráfico de influência

Rose usava o **gabinete presidencial** para receber lobistas, influenciar em nomeações para órgãos federais e mediar interesses milionários de empresários junto ao governo

Assédio moral

Depoimentos de funcionários que trabalharam para Rose no gabinete da Presidência relatam uma rotina de grosserias, humilhações públicas, gritos e demissões

Carro oficial

Rose usava o sedã presidencial para ir ao trabalho, ao médico, ao dentista e para transportar suas filhas. O motorista também realizava entregas e buscava lobistas parceiros de Rose no aeroporto

Vantagens pessoais

Em retribuição ao lobby no governo, Rose recebia agrados variados de empresários, como hospedagem no **Costa do Sauípe Golf Spa**, na Bahia, cruzeiro de navio e viagens



Patrimônio pessoal

Rose usou a máfia para falsificar um atestado de capacidade técnica para a empresa New Talent, do marido. Com isso, conseguiu um contrato de 1,1 milhão de reais com uma subsidiária do Banco do Brasil

**Brasil**

7 | 11

**Desconto vip**

E-mails revelam que Rose recorreu a papéis da Presidência da República para conseguir comprar, abaixo do preço de tabela, um **Space Fox** usado no Departamento de Vendas VIP da Volkswagen

Indicações

Por recomendação de Rose, Dilma nomeou uma desembargadora para o TRF da 4ª Região e Lula nomeou dois integrantes da máfia para a ANA e a Anac e recebeu currículos de outros candidatos para tribunais superiores

Caixa Econômica Federal

Rose era frequentemente abastecida com ingressos para shows de artistas variados – Maná, Paula Fernandes, AC/DC, Djavan, Gusttavo Lima –, eventos culturais e esportivos patrocinados pelo banco, como jogos da seleção brasileira

**Estelionato**

Rose conseguiu falsificar um diploma de curso de turismo para que **José Cláudio Noronha**, seu ex-mulher, fosse admitido no conselho de

**Brasil**

7 | 11



ex-marido, fosse empregado no conselho da Brasilprev. Também tentou falsificar um diploma de 2º grau para si própria

Parentes

Rose usou a proximidade com Lula para雇用 a filha Mirelle Noronha na Anac com salário de 8 000 reais, arrumou emprego para um primo e outros parentes em órgãos públicos

Apreensões na casa

A Polícia Federal apreendeu na casa de Rose **20 400 dólares, 1 500 euros, 7 750 reais e 33 000 reais em won**, a moeda coreana; encontrou comprovantes de depósito com altos valores e documentos da negociação de compra de um apartamento de 482 000 reais



**Brasil**

8 | 11

no hospital. Depois de cair em prantos por ter sido ameaçada de demissão, a servidora passou mal e precisou ser socorrida pelos bombeiros do órgão. Ao constatar que a pressão dela estava muito alta, o bombeiro chamou Rosemary à sala e relatou a necessidade de levar a servidora imediatamente ao médico. Não havia ambulância disponível — mas alguém lembrou que o carro oficial estava na garagem. Rosemary ficou transtornada com a sugestão e proibiu o motorista de prestar socorro. A funcionária e o bombeiro acabaram indo de táxi para o hospital. Depois disso, a rainha Rose ainda proibiu a serva de lhe dirigir a palavra e, por fim, a demitiu.

Rosemary Noronha se comportava e era tratada como majestade, independentemente de onde estivesse. Os registros de uma viagem à Itália em 2010, por exemplo, comprovam que as regalias à sua disposição extrapolavam as fronteiras. Mensagens inéditas reunidas no relatório da investigação mostram que a ex-secretária foi recebida com honras de chefe de estado na embaixada brasileira em Roma. Todas as facilidades possíveis lhe foram disponibilizadas. Rose temia ter problemas com a imigração no desembarque em Roma. O embaixador José Viegas enviou-lhe uma carta oficial que poderia ser apresentada em caso de algum imprevisto. Rose não conhecia a Itália. O embaixador colocou o motorista oficial à sua disposição. Rose não tinha hotel. O embaixador convidou-a a ficar hospedada no Palazzo Pamphili — e ela não ocuparia um quarto qualquer. Na mensagem, o embaixador brasileiro saudou a ida de Rose com um *benvenuti!*, em seguida desejou-lhe *buon viaggio* e avisou que ela ficaria hospedada com o marido no “quarto vermelho”. Quarto vermelho??

Como o Itamaraty desconhece esse tipo de denominação, acredita-se que “quarto vermelho” fosse um código para identificar os aposentos relacionados ao chefe — assim como normalmente se diz “telefone vermelho”, “botão vermelho”, “sala vermelha”... Independentemente disso, com a ajuda da Controladoria-Geral da União, a

**Brasil**

9 | 11

**SEM PERDÃO**

A ministra Gleisi Hoffmann determinou a abertura de processo para investigar o enriquecimento da ex-secretária

investigação da Casa Civil confirmou que a ex-chefe de gabinete não estava a trabalho em Roma. Por isso, considerou que a estada nas dependências diplomáticas configurou mais um caso de apropriação particular do patrimônio público e recomendou que o Itamaraty apurasse o episódio. Indagado, o embaixador José Viegas, que deixou o posto em 2012, disse que não podia “discriminar quem chega com dinheiro público ou privado” à embaixada. Em tese, portanto, qualquer mortal de passagem por Roma está autorizado a pernoitar uns dias na embaixada. Sobre o tal “quarto vermelho”, garantiu que se trata de um cômodo secundário.

Tanto nessa passagem pela embaixada brasileira em Roma quanto nos desmandos e abusos cometidos no gabinete de São Paulo, a fonte de poder de Rosemary sempre foi a mesma: a relação de intimidade com o ex-presidente Lula. Por força dessa proximidade, ela passava boa parte do tempo

BETO BARATA/ESTADÃO CONTEÚDO



recebendo gente importante preocupada em bajulá-la. Um rosário de empresários que apostavam no prestígio dela para conseguir reuniões com servidores inacessíveis do governo, intermediar contratos milionários em órgãos públicos e abrir caminho para nomeações em cargos de alto escalão.

Diariamente, por telefone ou e-mail, dirigentes da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobras, para citar alguns exemplos, recebiam pleitos de Rosemary. Na maioria das vezes, os pedidos eram mequetrefes, como ingressos para shows e eventos culturais. Mas, em outras oportunidades, os contatos envolviam cifras milionárias. As mensagens interceptadas revelam a falta de cerimônia com que ela misturava interesses públicos com privados, chegando até a falsificar diplomas para ela e o marido (*veja o quadro* ☉). Por ser tão próxima de Lula — seu único fiador no cargo —, Rosemary articulava nomeações nas mais variadas áreas do governo. De vagas em agências reguladoras a tribunais superiores, os candidatos constantemente recorriam a sua influência. Uma troca de mensagens apreendidas mostra que Francis Bicca, então assessor de Dias Toffoli na Advocacia-Geral da União, procurou os serviços de Rose para tentar emplacar o irmão em uma cadeira do Superior Tribunal Militar. Rosemary pergunta: “Quem mais além do Toffoli falou com o PR?”. Bicca responde que “só tem certeza mesmo” da recomendação direta do “ministro José Dirceu, do Gilberto Carvalho e do Chefe, além dos militares”. Rose diz a Bicca que cumpriu sua missão: “Entreguei ao PR, conversei e falei dos apoios. Ele levou o currículo e acho que vai dar tudo certo”. Nesse caso, alguma coisa deu errado. Depois de reconstituir esses episódios da corte de Rosemary, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, determinou a abertura de processo administrativo. Um detalhe curioso: o relatório final da sindicância era mantido em segredo porque a comissão avaliou que sua divulgação poderia causar “instabilidade institucional”. A reação de Rosemary Noronha (*veja o quadro* ☉) mostra que realmente há motivos mais do que concretos para tamanha preocupação. ■



O caso em questão é da maior gravidade, porquanto revela eventuais relações ilícitas no seio do poder Executivo, podendo envolver graves prejuízos ao patrimônio público e à moralidade administrativa (art. 37, caput e §4º, da Constituição Federal). Ainda assim, segundo a reportagem, as conclusões a que chegou a equipe responsável pela sindicância têm sido mantidas em sigilo sob a justificativa de proteção à estabilidade institucional.

É razoável, até desejável, que os trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa tenham sido mantidos em sigilo durante a investigação, para preservar a independência e a isenção da sindicância. Findos seus trabalhos, contudo, cessaram as razões que justificavam o sigilo.

A Lei n. 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º deixa claro, no art. 3º, que a publicidade deve ser observada como regra geral, admitindo-se o sigilo apenas em casos excepcionais. Esses casos excepcionais estão enumerados taxativamente na Lei do Acesso à Informação. Em particular, no que se refere às informações aqui requeridas, a Lei é clara ao prescrever no § 2º, do art. 24:

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

É imperioso que esta Casa tenha acesso a esses documentos, bem como às razões que até aqui têm justificado sua manutenção em sigilo, notadamente se for em razão da proteção da Presidência da República.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ante o exposto, requer-se sejam encaminhadas as informações acima arroladas, no prazo legal, em obediência aos ditames constitucionais aplicáveis ao presente caso.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2013.

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
PSDB/SP